

As políticas públicas no Estado Constitucional Cooperativo

Public policies in the Cooperative Constitutional State

Marcos Augusto Maliska

Professor do Mestrado em Direito do UniBrasil

Procurador Federal

Email: marcosmaliska@yahoo.com.br

Palavras-chave

Políticas Públicas. Estado Constitucional Cooperativo. Cooperação Normativa. Cooperação Material. Direito de Participação.

Keywords

Public policies. Cooperative Constitutional State. Regulatory cooperation. Material cooperation. Right to Participation.

Resumo

Abertura, cooperação e integração são conceitos que caracterizam a Constituição e dão sentido ao Estado Constitucional como um Estado Constitucional Cooperativo. Não há Estado Constitucional forte sem sociedade civil forte. Os mecanismos de participação na formulação e execução das políticas públicas são elementos indissociáveis da ordem constitucional. As políticas públicas no Estado Constitucional Cooperativo resgatam também a dimensão local da participação democrática, visto que é no espaço de convivência local que se pode exigir melhor qualidade das políticas públicas. Os problemas de efetividade dos direitos prestacionais necessitam também ser enfrentados no âmbito local. A maior participação da sociedade civil na organização e realização dessas prestações inevitavelmente irá conduzir para um aperfeiçoamento das prestações. Estado e Sociedade devem caminhar juntos na realização dos direitos prestacionais. Quando não se encampa a prestação estatal como um direito, tanto de acesso e uso da prestação, como de participação, se cria um ambiente favorável para a deturpação da democracia, consistente no uso clientelista das prestações públicas. O Estado Constitucional brasileiro encontra-se diante desse enorme desafio: a promoção da cidadania, da autonomia, da responsabilidade individual e social e o fortalecimento da ideia de comunidade. Sem esses pressupostos incorporados nas práticas sociais o Estado Constitucional no Brasil corre o risco de permanecer como um atributo meramente formal.

Abstract

Openness, cooperation and integration are concepts that characterize the Constitution and give meaning to the constitutional state as a Cooperative

Constitutional State. There are not strong constitutional state without strong civil society. The mechanisms of participation in the formulation and implementation of public policies are parts of the constitutional order. Public policies in the Cooperative Constitutional State also emphasize the local dimension of participatory democracy. It is in the local living space that one can demand better quality of public policy. The effectiveness of social rights also needs to be addressed at the local level. The involvement of civil society in the organization and realization of such rights will inevitably lead to an improvement of these rights. State and Society must work together in achieving the social rights. When one don't embody the state service as a right there are a favorable environment for the perversion of democracy, namely the clientelistic use of public services. The Brazilian Constitutional State is facing this huge challenge: the promotion of citizenship, autonomy, individual and social responsibility and the idea of community. Without these assumptions embedded in social practices the constitutional state is likely to remain a merely formal attribute.